



Correio Manhã

28-10-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Justiça

Dimensão: 3826 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/23 a 25



OPERAÇÃO MARQUÊS P.23 A 25

APANHADO EM NEGÓCIO ENTRE MÃE E AMIGO

VENDA DE CASA LEVA INSPETOR DO FISCO PARA CONTAS DE SÓCRATES

➤ **PERITO TRIBUTÁRIO CRUZOU VALOR** do apartamento com denúncia da CGD

Vara nega subornos

Armando Vara negou ter recebido luvras por a CGD ter financiado a aquisição do empreendimento turístico Vale do Lobo, no Algarve, em 2007. Vara, que era administrador da CGD na altura, afirmou também que José Sócrates não recebeu subornos de Vale do Lobo. •

INVESTIGAÇÃO

OPERAÇÃO MARQUÊS

Dinheiro em numerário

Em setembro de 2013, os levantamentos em numerário de uma conta do BES, a partir de 2011, já tinham lançado o alerta aos investigadores. Num relatório de Paulo Silva, inspetor tributário, Carlos Santos Silva já era suspeito de ser um testa de ferro de José Sócrates. •



CASA DA MÃE TRAMA SÓCRATES

INSPETOR TRIBUTÁRIO DETETOU COINCIDÊNCIA NA DENÚNCIA DA CGD

DADO Paulo Silva deu conta da semelhança entre o valor da venda do imóvel, em Lisboa, por 600 mil euros, e as transações financeiras suspeitas indicadas pela Caixa à Polícia Judiciária, em 2013 **OPERAÇÕES** Banco público alertou que conta de Maria Adelaide Monteiro funcionou como “conta de passagem” do dinheiro para o antigo primeiro-ministro

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O valor da venda da casa da mãe de José Sócrates em Lisboa, no mesmo prédio do filho, a Carlos Santos Silva, em 2012, foi o detalhe que permitiu associar o antigo primeiro-ministro a Carlos Santos Silva. Paulo Silva, inspetor tributário que integrou a equipa da Operação Marquês, disse ao juiz Ivo Rosa, em maio último, que detetou a coincidência entre o valor da venda da casa, 600 mil euros, referido no relatório que fizera no processo do Monte Branco, em janeiro de 2013, e as transações suspeitas indicadas na denúncia da CGD à Polícia Judiciária (PJ), em abril do mesmo ano.

O inspetor do Fisco foi ouvido como testemunha na fase

de instrução da Operação Marquês, apedido da defesa de Santos Silva, no final de maio último. Foi nessa audição que Paulo Silva, conhecido como o ‘carola’ da Operação Marquês,

INSPETOR DAS FINANÇAS FOI OUVIDO NA FASE DE INSTRUÇÃO, EM MAIO

MÃE DE SÓCRATES VENDEU TRÊS IMÓVEIS AO AMIGO DO FILHO

explicou como o Ministério Público abriu esse inquérito.

O inspetor tributário revelou que, em janeiro de 2013, no âmbito do processo Monte Branco (relacionado com o

branqueamento de capitais), fez um relatório intercalar sobre o património de Santos Silva. Nesse relatório, foram abordados os três imóveis que Maria Adelaide Monteiro, mãe de Sócrates, vendeu a Santos Silva, em 2011 e 2012: dois em Agualva, Cacém, por 175 mil euros e um no Edifício Heron Castilho, na rua Braamcamp, Lisboa, por 600 mil euros.

Presente na sala de audiências, Rosário Teixeira, procurador que liderou a Operação Marquês, perguntou a Paulo Silva se foi com base na informação desse relatório do Monte Branco que fez a ligação aos movimentos financeiros relatados na denúncia da CGD à PJ, ao abrigo da lei do combate ao branqueamento de capitais. Na sua resposta, o inspetor tri-



Paulo Silva, inspetor do Fisco

Monte Branco foi decisivo no Marquês

Paulo Silva explicou, na audição de maio último, que o Monte Branco foi decisivo para a investigação no caso Marquês. Uma certidão canalizou para o Marquês a informação sobre Santos Silva e o primo de Sócrates. •

butário deixou claro que detetou a coincidência entre o valor da venda da casa e as operações indicadas pela Caixa como operações suspeitas.

No relatório enviado à PJ a 12 de abril de 2013, a CGD escreveu: “Desconhecemos a racionalidade económica e financeira que está subjacente às transferências emitidas por Carlos Manuel Santos Silva, no valor de 600 mil euros, para a conta de Maria Adelaide Carvalho Monteiro (funcionando esta como ‘conta de passagem’), a qual posteriormente transferiu de forma fracionada, num período de cerca de seis meses, a quantia de 450 mil euros para a conta de José Sócrates Pinto Sousa.” •

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO

INVESTIGAÇÃO OPERAÇÃO MARQUÊS

INTERROGATÓRIO

Vara perito a ilibar o s

DEFENDEU-O ♦ Ex-administrador da Caixa, que financiou Vale do Lobo, diz que nem ele nem Sócrates receberam suborno de um milhão de euros
AMIZADE ♦ Diz que foi “construída ao longo do tempo”

SÉRGIO A. VITORINO

José Sócrates é um “amigo construído ao longo do tempo”, “não de tanta proximidade como se diz por aí”, com quem, na altura em que Armando Vara foi nomeado administrador da Caixa Geral de Depósitos (CGD), “tinha poucos” contactos – entre a eleição do antigo PM (setembro 2004) até à nomeação de Vara na CGD (2006) apenas admite terem falado três vezes, “uma pessoalmente e duas por telefone”.

Interrogado 2h30m19s, em fevereiro, pelo juiz Ivo Rosa, Vara ilibou o “amigo” em todos os

NOMEAÇÃO SUSPEITA PARA ADMINISTRAÇÃO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

ACUSADO DE RECEBER UM MILHÃO - E OUTRO PARA SÓCRATES - DE SUBORNO

momentos. Mesmo na nomeação para a CGD, em que o Ministério Público (MP) diz ter movido influências para aprovar o financiamento para Vale do Lobo – recebendo um milhão de euros, e outro milhão para Sócrates, de suborno. “Não. Nunca falámos nisso... o que consta por aí é que... enfim. Sei que não foi por indicação do PM”. E se foi posto na CGD por Sócrates para “facilitar”? “Eu nunca falei, nessa altura, com o PM sobre a CGD. Nem ao longo do tempo. Nunca me deu nenhuma indicação sobre coisa nenhuma”. Encontros só “nas coisas do PS... almoço ou jantar com outras pessoas”. “Aliás, às



Armando Vara está preso na cadeia de Évora no âmbito do processo Face Oculta. Foi ouvido em fevereiro, em Lisboa, pelo juiz Ivo Rosa

vezes ele perguntava: ‘Como é que vão as coisas na CGD?’ Quer dizer... sobre temas concretos da CGD, dossiês, zero.”

“Nunca teve nenhuma reunião com ele? Nenhum contacto para questões relacionadas com a CGD?”, insiste Ivo Rosa: “Por minha iniciativa, nunca. Por iniciativa dele, não”, disse Vara. O juiz quis saber de Vara se, durante o processo de aprovação do financiamento de Vale do Lobo pela CGD, “alguma vez lhes disse [aos arguidos Diogo Gaspar Ferreira e Rui Horta e Costa] que havia dificuldade de aprovação por causa dos montantes envolvidos [inicialmente 194 milhões de euros], e que iria necessitar de apoio de terceiros, nomeadamente do PM?”. Vara, que tinha sido levado da cadeia de Évora onde cumpre pena no processo Face Oculta, subiu o tom: “É absurdo... Nunca... Não era possível. Não existiu nada

PORMENORES

Cunha “ressabiado”

Interrogatório findou com Vara a defender Sócrates e a “desancar” Campos e Cunha, ministro que saiu em divergência com o PM: “Isso [demissão de 5 páginas] é carta de alguém ressabiado. Era um homem perdido.”

Defende Vale do Lobo

Vara defendeu Vale do Lobo: “Tinha garantias reais de 400 milhões”. Criticou o diretor do Risco da CGD pela oposição: “Gostava muito de mostrar que era mais coisa que os outros.”

“Vida num turbilhão”

“A minha vida ficou transformada num turbilhão”. “Estou numa idade em que os nomes começam a falhar”. “Foi há tanto tempo. Não sei...”, foram algumas das respostas de Vara.

disso. É tudo inventado”. Ivo Rosa avisou – “Isso o tribunal é que vai decidir...” – mas o ex-ministro do PS continuou: “Mas não aconteceu. Não posso deixar de sentir indignação. Essa conversa nunca existiu.”

REPREENDIDO PELO JUIZ: “ISSO O TRIBUNAL É QUE VAI DECIDIR”

DIZ NÃO TER FALADO COM ANTIGO PM SOBRE VALE DO LOBO

“(Ivo Rosa) Durante todo este processo de Vale do Lobo alguma vez falou com o PM sobre ele em concreto? (Vara) – Nunca. Praticamente nunca falei com ele sobre a CGD. – O PM ou alguém do governo teria competência ou poderes para ter algu-

ma intervenção? – Não acredito. – Isso era possível existir? – Eu garanto que não”. Mais uma série de perguntas e respostas a defender Sócrates, mesmo na OPA da Sonae à PT. Disse conhecer Carlos Santos Silva “há bastantes anos”, com “boa relação” mas nunca lhe deu o número da conta na Suíça. “As nossas relações não eram dessa natureza”. Vara, Santos Silva e Sócrates sabiam ser amigos uns dos outros “mas cada um por si”. Iliba a filha, Bárbara, da conta no suíço UBS – gerida por Michel Canals – na qual recebeu 2 milhões, que nega serem subornos mas sim “o meu dinheirinho” de “consultor [não quis responder de quem] na Europa do Leste, África e Médio Oriente”. Por isso, admitiu “um problema fiscal” – “a minha conta andava uma barafunda de depósitos. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

Correio Manhã

seu "amigo"

PRINCIPAIS ARGUIDOS



JOSÉ SÓCRATES CARVALHO PINTO DE SOUSA

31 CRIMES

Corrupção passiva de titular de cargo político (3), branqueamento de capitais (16), falsificação de documento (9) e fraude fiscal qualificada (3)



CARLOS MANUEL DOS SANTOS SILVA

33 CRIMES

Corrupção passiva de titular de cargo político (1), corrupção ativa de titular de cargo político (1), branqueamento de capitais (17), falsificação de documento (10), fraude fiscal (1) e fraude fiscal qualificada (3)



JOAQUIM BARROCA VIEIRA RODRIGUES

14 CRIMES

Corrupção ativa de titular de cargo político (1), corrupção ativa (1), branqueamento de capitais (7), falsificação de documento (3) e fraude fiscal qualificada (2)



LUÍS MANUEL FERREIRA DA SILVA MARQUES

2 CRIMES

Corrupção passiva (1) e branqueamento de capitais (1)



JOSÉ LUÍS RIBEIRO DOS SANTOS

2 CRIMES

Corrupção ativa (1) e branqueamento de capitais (1)



ZEINAL ABEDIN MOHAMED BAVA

5 CRIMES

Corrupção passiva (1), branqueamento de capitais (1), falsificação de documento (1) e fraude fiscal qualificada (2)



RICARDO ESPÍRITO SANTO SALGADO

21 CRIMES

Corrupção ativa de titular de cargo político (1), corrupção ativa (2), branqueamento de capitais (9), abuso de confiança (3), falsificação de documento (3) e fraude fiscal qualificada (3)



HENRIQUE MANUEL FUSCO GRANADEIRO

8 CRIMES

Corrupção passiva (1), branqueamento de capitais (2), peculato (1), abuso de confiança (1) e fraude fiscal qualificada (3)



ARMANDO ANTÔNIO MARTINS VARA

5 CRIMES

Corrupção passiva de titular de cargo político (1), branqueamento de capitais (2) e fraude fiscal qualificada (2)



BÁRBARA CATARINA FIGUEIRA VARA

2 CRIMES

Branqueamento de capitais (2)



RUI MIGUEL DE OLIVEIRA HORTA E COSTA

4 CRIMES

Corrupção ativa de titular de cargo político (1), branqueamento de capitais (1) e fraude fiscal qualificada (2)



JOSÉ DIOGO DA ROCHA VIEIRA GASPARE FERREIRA

6 CRIMES

Corrupção ativa de titular de cargo político (1), branqueamento de capitais (2) e fraude fiscal qualificada (3)



JOSÉ PAULO BERNARDO PINTO DE SOUSA

2 CRIMES

Branqueamento de capitais (2)



HÉLDER JOSÉ BATAGLIA DOS SANTOS

10 CRIMES

Branqueamento de capitais (5), falsificação de documento (2), abuso de confiança (1) e fraude fiscal qualificada (2)



GONÇALO NUNO MENDES DA TRINDADE FERREIRA

4 CRIMES

Branqueamento de capitais (3) e falsificação de documento (1)



INÊS MARIA CARRUSCA PONTES DO ROSÁRIO

1 CRIME

Branqueamento de capitais (1)



JOÃO PEDRO SOARES ANTUNES PERNA

2 CRIMES

Branqueamento de capitais (1) e detenção de arma proibida (1)



SOFIA MESQUITA CARVALHO FAVA

2 CRIMES

Branqueamento de capitais (1) e falsificação de documento (1)



RUI MANUEL ANTUNES MÃO DE FERRO

5 CRIMES

Branqueamento de capitais (1) e falsificação de documento (4)



LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, SA

7 CRIMES

Corrupção ativa (2), branqueamento de capitais (3) e fraude fiscal qualificada (2)

INQUÉRITO



BES recebeu a fortuna que Santos Silva repatriou da Suíça para Portugal

LEVANTAMENTOS EM DINHEIRO DERAM O ALERTA

VERBAS • Operações suspeitas ocorreram após repatriamento de 23 milhões de euros da Suíça

4 No início de setembro de 2013, pouco mais de um mês após a abertura do inquérito da Operação Marquês, Carlos Santos Silva já era considerado suspeito de ser um testa de ferro de Sócrates. Além da compra dos imóveis à mãe de Sócrates e das férias passadas em conjunto com o antigo primeiro-ministro, o levantamento de dinheiro em numerário de uma conta



Carlos Santos Silva

AMIGO JÁ ERA VISTO COMO UM TESTA DE FERRO DE SÓCRATES EM 2013

do BES já fizera soar os alarmes.

A suspeita consta no relatório que o inspetor tributário Paulo Silva fez, no âmbito da Operação Marquês, a 3 de setembro de 2013. O documento foi referido na sua audição na fase de instrução do processo, no final de maio deste ano.

Legalização de 23 milhões

No final de 2010, ao abrigo do Regime Excepcional de Regularização Tributária (RERT), conhecido como perdão fiscal, Santos Silva repatriou da Suíça para Portugal 23 milhões de eu-

ros. Ao analisar as contas no BES, o inspetor do Fisco constatou a existência de "um comportamento totalmente distinto entre o momento anterior ao recebimento das verbas da Suíça e o ulterior ao mesmo."

Ou seja, entre 2011 e 2013, foram levantados de uma conta no BES 400 mil euros em numerário, situação quase inexistente antes de o dinheiro ter vindo da Suíça. Daí que Paulo Silva tenha concluído que os levantamentos em numerário indicavam ser uma forma de entrega de capitais ao verdadeiro beneficiário de uma das contas no BES, que não era Santos Silva.

Sócrates vai tentar evitar julgamento numa audição agendada para quatro dias

4 José Sócrates vai começar a ser ouvido hoje, a seu pedido, na fase de instrução da Operação Marquês. Ivo Rosa, juiz de instrução criminal deste processo, agendou quatro datas para esta audição: hoje, amanhã, quarta e quinta-feiras desta semana. Com esta audição, o antigo

primeiro-ministro vai tentar evitar ir a julgamento. O Ministério Público acusou-o de alegadamente ter recebido luvas de 34 milhões de euros, entre 2006 e 2015.

Sócrates já disse que não foi um primeiro-ministro corrupto e garantiu que não recebeu subornos. •



Ivo Rosa é o juiz de instrução criminal da Operação Marquês